

EDITORIAL

Prezado Leitor

Este terceiro volume da Revista da AGU se coloca como mais um importante passo no caminho de duplo norte perseguido pelo periódico: tornar-se cada vez mais uma referência na Advocacia Pública de todos os níveis do Brasil e a busca da excelência acadêmica e editorial.

Avançando ainda mais nesta trilha, a feliz seleção dos artigos trouxe também estudos que alçam a Revista da AGU à condição de espaço de fomento de debates de temas que transcendem as raias do direito e da administração pública brasileira, com enfoques que certamente podem atrair o interesse de estudiosos estrangeiros.

Assim, na senda das abordagens que possam dialogar com pesquisas de outros países, colocam-se os artigos acerca da **TRIBUTAÇÃO NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA NAS NAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO**, de Pedro Trento; **A ANÁLISE DOS PAPÉIS VIVIDOS PELOS REFUGIADOS**, de Luciana Dias; as ponderações sobre **A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS** de Rosaly Lopes e José Claudio Brito Filho e também **O ESTUDO DA FUNÇÃO SOCIAL ATRIBUÍDA À PROPRIEDADE INTELECTUAL** de Washington Eduardo Perozim da Silva e Victor Hugo Tejerina-Velázquez.

Com mesmo relevo, o texto dos autores convidados, Marcelo Mazzola e Humberto Pinho, este último vinculado à University of Connecticut School of Law, aborda **AS QUESTÕES CONTROVERTIDAS SOBRE ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, tema que se encontra atualmente na fronteira do conhecimento para o direito público.

O rico leque de assuntos abordados neste volume também traz as destacadas linhas de Celso Eduardo Melo e Walenberg Lima acerca do **ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL**, exame bastante conectado com as recentes e instigantes discussões havidos na Suprema Corte.

Por fim, cabe sublinhar, no tempo em que o impacto da inteligência artificial no mundo jurídico faz emergir incertezas e questionamentos em grandes escritórios e procuradorias do país, a interessante pesquisa abordando **O SISTEMA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DA AGU**, de Luciana Boueres e também a análise, de importância federativa transversal, com foco nas demandas Judiciais de saúde, de Guilherme Alvarenga.

Assim, pretendeu-se que a amplitude e qualidade das perspectivas apresentadas tenha resultado numa edição da Revista em sintonia com a missão buscada não apenas pela Escola da AGU mas mesmo com o elevado papel que se quer acreditar que a Advocacia Geral da União possa desempenhar, fazendo jus ao status de organização com inigualável concentração de capital intelectual, em constante afirmação como paradigma para toda advocacia pública do país e também campo aberto dos mais acesos e atuais debates da administração e do direito público brasileiro.

A Direção da Escola da AGU agradece a todos envolvidos no processo editorial da Revista e parabeniza os autores pelos excelentes artigos aqui publicados. Convidamos o leitor a apreciar os trabalhos científicos oferecidos, propondo a leitura da Revista da AGU eletrônica disponível em: <http://seer.agu.gov.br>.

Boa e saborosa leitura !

A Direção